



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Portaria n.º 1022/2006

de 20 de Setembro

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, procedeu-se à reforma da tributação do património, sendo aprovados os novos Códigos do Imposto Municipal sobre os Imóveis (CIMI) e do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (CIMT).

O sistema de avaliação dos prédios urbanos instituído pela reforma da tributação do património ficou concluído com a publicação das Portarias n.ºs 982/2004 e 1426/2004, respectivamente de 4 de Agosto e de 25 de Novembro, nas quais foram aprovados, e dada publicidade, designadamente o zonamento e os coeficientes de localização previstos no artigo 42.º do CIMI.

Decorridos cerca de 19 meses e estando avaliados mais de um milhão de prédios urbanos, a Comissão Nacional de Avaliação de Prédios Urbanos (CNAPU), no âmbito das suas competências, veio desenvolvendo estudos no sentido da melhoria do sistema de avaliação do património, designadamente apreciando as reclamações e propostas de alteração ao zonamento que entretanto foram apresentadas por peritos avaliadores, municípios ou contribuintes, ao abrigo do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, e do artigo 62.º do CIMI.

Considerando que do resultado desse trabalho se evidenciam situações que configuram, nos termos do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, uma errada qualificação ou quantificação dos elementos referidos nas alíneas a) e b) do artigo 62.º do CIMI, ou situações que, encontrando-se o zonamento desatualizado, se enquadram no n.º 2 do artigo 62.º do CIMI, importa pois proceder às correcções necessárias.

Assim:

Manda o Governo, pelo Ministro de Estado e das Finanças, nos termos do n.º 3 do artigo 62.º do CIMI, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, na sequência de proposta da Comissão Nacional de Avaliação de Prédios Urbanos (CNAPU), o seguinte:

1.º Ao abrigo do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, são aprovadas as alterações ao zonamento constantes do anexo I da presente portaria, nos termos e para os efeitos dos artigos 42.º e 45.º, n.º 2, do CIMI.

2.º Ao abrigo do n.º 2 do artigo 62.º do CIMI, são aprovadas as alterações ao zonamento que constam do anexo II da presente portaria, nos termos e para os efeitos dos artigos 42.º e 45.º, n.º 2, do CIMI.

3.º Por terem sofrido modificação decorrente das alterações a que se referem os números anteriores, são também aprovados e publicados no anexo III da presente portaria os novos coeficientes de localização mínimos e máximos previstos no artigo 42.º do CIMI, a aplicar aos respectivos municípios.

4.º O zonamento, os coeficientes de localização e as percentagens referidos nos n.ºs 1.º, 2.º e 3.º da presente portaria, bem como todos os outros elementos aprovados pelas Portarias n.ºs 982/2004 e 1426/2004, respectivamente de 4 de Agosto e de 25 de Novembro, são publicados no sítio www.e-financas.gov.pt, podendo ser consultados por qualquer interessado, e estão ainda disponíveis em qualquer serviço de finanças.

5.º A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e aplica-se a todos os prédios urbanos cujas declarações modelo n.º 1, a que se referem os artigos 13.º e 37.º do CIMI, sejam entregues a partir dessa data.

6.º Não obstante o referido no número anterior, nos casos em que na sequência da revisão efectuada nos termos do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, e desde que das alterações aprovadas pela presente portaria resultem coeficientes mais favoráveis ao sujeito passivo, o novo zonamento e os novos coeficientes de localização mínimos e máximos constantes, respectivamente, dos anexos I e III da presente portaria são de aplicação retroactiva, originando, nos termos do n.º 3 do mesmo artigo, a repetição das avaliações entretanto efectuadas.

Pelo Ministro de Estado e das Finanças, *Emanuel Augusto dos Santos*, Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, em 17 de Agosto de 2006.

ANEXO I

Localização das alterações ao abrigo do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro

	Município/SF	Afectação	Número da zona (2006)	Excepções (Número da subsecção)
1.1 — Continente — distrito de Aveiro	Ílhavo	Comércio	0108020 0108021 0108022 0108023 0108024 0108025	
		Habitação	0108025 0108026 0108027 0108029 0108030	
		Serviços	0108023 0108024 0108025 0108026 0108027	
	Santa Maria da Feira	Comércio		01090400401 01092300301
		Habitação		01090400401 01090601402 01090601405
		Habitação		(a) 01090602405 (a) 01092600901
	Bragança	Habitação		04024200211 04024200608 04024502109 04024200710 04024501626 04024000212
1.2 — Continente — distrito de Bragança	Bragança	Habitação		
1.3 — Continente — distrito de Castelo Branco	Fundão	Habitação	0620046	
1.4 — Continente — distrito de Coimbra	Coimbra 1	Comércio	0728070	
		Serviços	0728069	
1.5 — Continente — distrito de Évora	Vila Viçosa	Habitação	(b) 0990008	
		Indústria	0990008 0990009	

	Município/SF	Afectação	Número da zona (2006)	Excepções (Número da subsecção)
1.6 — Continente — distrito da Guarda	Celorico da Beira	Habitação	1180028	
	Gouveia	Habitação	1210001 1210001	09061200204 09062200103
1.7 — Continente — distrito de Lisboa	Lisboa 14	Habitação		11063308612
1.8 — Continente — distrito do Porto	Matosinhos 1	Habitação	1821020 1821021 1821024 1821025 1821026 1821027	
1.9 — Continente — distrito de Santarém	Ferreira do Zêzere	Habitação		14110600705
1.10 — Continente — distrito de Setúbal	Setúbal 2	Habitação		15120402002 15120402006 15120402007 15120402008 15120402009 15120402010 15120402011 15120402012
	Sesimbra	Habitação		15110103915 15110301692
		Terrenos		15110103915 15110301692
1.11 — Continente — distrito de Viseu	Tondela	Habitação	2704047 2704059	
	Viseu 1	Habitação	2720101	
	Viseu 2	Habitação	3700061 3700065 3700066 3700069 3700070	18232800710 18232800110 18232800113 18232800114 18232800115 18232800116 18232800117 18232800118 18232800119
		Terrenos	3700017 3700019 3700022 3700023 3700024 3700025	
2 — Região Autónoma dos Açores	Lagoa (São Miguel)	Indústria	2976010 2976011 2976012 2976013 2976014 2976015 2976016 2976017 2976018	

(a) Anulação de excepções existentes.

(b) Alteração nas subsecções 07140300601 e 07140300607.

ANEXO II

Localização das alterações ao abrigo do artigo 62.º do CIMI

	Município/SF	Afectação	Número da zona (2006)	Excepções (Número da subsecção)
1.1 — Continente — distrito de Bragança	Vila Flor	Comércio		04101700139 04101700220
		Habitação		04101700139 04101700220
		Serviços		04101700139 04101700220
1.2 — Continente — distrito de Castelo Branco	Covilhã 1	Habitação	0612022 0612023 0612024 0612025 0612026 0612027	05030700901 05030701301 05030701501 05030701101 05033100206 05032300707 05032300708
	Covilhã 2	Habitação	3808001 3808026 3808028 3808029 3808030 3808031 3808032	05032400906 05030800204 05030800205
	Fundão	Habitação	0620041 0620048 0620053 0620076 0620077 0620078	05041702101 05041702002 05041702003 05041702004 05041702005 05041701201 05041701202 05041700205 05041700401 05041700403 05041700501 05041700503 05041700504 05041702103 05041701503
		Terrenos	0620002 0620003 0620004 0620005 0620006	05040400201 05040400202 05040400203 05040400204 05040400205 05040400206 05040400301 05040400302 05040400303 05040400305 05040400306 05040400307 05040400308 05040400318 05040400319 05040400320 05040400321 05040400322 05040400323 05040400324 05040400325 05040400326 05040400328 05040400329 05040400330 05040400331 05040200201 05040200301 05040200302 05040200303

	Município/SF	Afectação	Número da zona (2006)	Excepções (Número da subsecção)
1.2 — Continente — distrito de Castelo Branco	Fundão	Terrenos		05040200304 05040200305 05040200306 05040200307 05040200308 05041701122 05041702103 05042800409 05040600301 05040600302 05040600401 05040600402 05040600501 05040600503 05040600504 05040600505 05040600506 05040600507 05041300201 05041300202 05041300203 05041300204 05041300205 05041300206 05041300207 05042500101 05042500103 05042500104 05042500201 05042500203 05042500204
1.3 — Continente — distrito de Évora	Vila Viçosa	Comércio	(a) 0990008	07140300615
		Habitação	(a) 0990008	07140300615
		Serviços	(a) 0990008	07140300615
		Indústria	0990006	07140300615
		Terrenos	0990002	07140300615
1.4 — Continente — distrito de Faro	Silves	Habitação	1120064 1120066 1120068	08130302301 08130303001

(a) Alteração na subsecção 07140300120.

ANEXO III

Valores mínimos (min.) e máximos (max.) dos coeficientes de localização, por tipo de afectação, a aplicar nos seguintes municípios, por serviço de finanças

Município/SF	Coeficientes de localização							
	Habitação		Comércio		Serviços		Indústria	
	Min.	Max.	Min.	Max.	Min.	Max.		Max.
1.1 — Continente — Distrito de Aveiro								
Ílhavo	—	1,70	—	1,60	—	1,60	—	—
1.2 — Continente — Distrito de Castelo Branco								
Covilhã 1	—	1,20						
Covilhã 2	—	1,20	—	—	—	—	—	—
Fundão	—	1,20	—	—	—	—	—	—

Município/SF	Coeficientes de localização							
	Habitação		Comércio		Serviços		Indústria	
	Min.	Max.	Min.	Max.	Min.	Max.		Max.
1.3 — Continente — Distrito do Porto								
Matosinhos 1	—	2,20	—	—	—	—	—	—
1.4 — Continente — Distrito de Setúbal								
Setúbal 2	0,60	—	—	—	—	—	—	—
2 — Região Autónoma dos Açores								
Lagoa (São Miguel)	—	—	—	—	—	—	—	1,15

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Portaria n.º 1023/2006

de 20 de Setembro

O Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro, estabelece no n.º 1 do seu artigo 23.º que as operações de armazenagem, triagem, tratamento, valorização e eliminação de resíduos estão sujeitas a licenciamento.

O mesmo decreto-lei prevê, na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 27.º, que o pedido de licenciamento seja apresentado junto da entidade licenciadora competente, definida nos termos do artigo 24.º, instruído com documento do qual conste a identificação do requerente e o seu número de identificação fiscal [subalínea *i*)] e a descrição da operação que pretende realizar e da sua localização geográfica, com os elementos definidos em portaria aprovada pelo membro do Governo responsável pela área do ambiente [subalínea *ii*)]. São esses elementos que compete agora definir.

Assim:

Ao abrigo e para os efeitos do disposto na subalínea *ii*) da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro:

Manda o Governo, pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, o seguinte:

1.º O pedido de licenciamento apresentado nos termos das operações de armazenagem, triagem, tratamento, valorização e eliminação de resíduos é instruído com documento do qual conste a descrição da operação a realizar e da sua localização geográfica, acompanhado dos seguintes elementos:

I — Projecto da instalação (memória descritiva):

a) Localização da instalação onde se inserem as operações de gestão de resíduos, devendo ser indicado o endereço do local, freguesia, concelho, telefone, fax, endereço electrónico e CAE;

b) Identificação dos resíduos manuseados, sua origem previsível, caracterização quantitativa e qualitativa e sua classificação de acordo com o estipulado na Portaria n.º 209/2004, de 3 de Março;

c) Identificação e quantificação de outras substâncias utilizadas no processo;

d) Indicação das quantidades e características dos produtos acabados;

e) Indicação do número de trabalhadores, do regime de laboração e das instalações de carácter social, de medicina no trabalho e sanitárias;

f) Indicação completa da identificação e habilitações profissionais do(s) responsável(eis) técnico(s) pela operação;

g) Descrição detalhada das operações a efectuar sujeitas a licenciamento, com a apresentação do diagrama do processo e sua classificação de acordo com o estipulado na Portaria n.º 209/2004, de 3 de Março;

h) Indicação da capacidade nominal a instalar e ou instalada;

i) Descrição das instalações, incluindo as de armazenagem;

j) Identificação dos aparelhos, máquinas e demais equipamento, com indicação das principais fontes de emissão de ruído e vibração e sistemas de segurança;

l) Identificação das fontes de emissão de poluentes;

m) Caracterização quantitativa e qualitativa dos efluentes líquidos e gasosos, bem como dos resíduos resultantes da actividade;

n) Descrição das medidas internas de minimização, reutilização e valorização dos resíduos produzidos, com indicação da sua caracterização qualitativa e quantitativa, sempre que possível;

o) Identificação do destino dos resíduos gerados internamente, com indicação da sua caracterização qualitativa e quantitativa e descrição do armazenamento no próprio local de produção, se for o caso;

p) Descrição das medidas ambientais propostas para minimizar e tratar os efluentes líquidos e respectiva monitorização, indicando o destino final proposto;

q) Descrição das medidas ambientais propostas para minimizar e tratar os efluentes gasosos, respectiva monitorização, caracterização e dimensionamento das chaminés, quando a legislação aplicável o exija;

r) Fontes de risco internas e externas, organização de segurança e meios de prevenção e protecção, designadamente quanto aos riscos de incêndio e explosão.

II — Peças desenhadas:

a) Planta, em escala não inferior a 1: 25 000, indicando a localização da instalação e, no caso das operações de gestão de resíduos perigosos e incineração ou co-